

**AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DO ESTADO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA.**

**UNIVERSITY AUTONOMY: A STUDY ON THE ROLE OF THE STATE IN THE BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY.**

**AUTONOMÍA UNIVERSITARIA: UN ESTUDIO SOBRE EL PAPEL DEL ESTADO EN LA UNIVERSIDAD PÚBLICA BRASILEÑA.**

Rafael de Paula Goetten<sup>1</sup>  
Michelle Fernandes Lima<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse artigo é parte integrante da pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UNICENTRO/PR) e vinculada ao Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação (UNICENTRO/PR), que analisou a questão da autonomia universitária a partir da compreensão do Estado e as Políticas Educacionais, por meio das contribuições de Antonio Gramsci. O texto está organizado em duas partes: a concepção de Estado Moderno para Gramsci, em consequente suas implicações na formação do Estado brasileiro e os reflexos nos processos de autonomia universitária. Por fim, Os resultados apontam que à autonomia universitária no Brasil, sempre foi uma busca e não uma realidade concreta, devido a dois fatores primordiais: a formação histórica brasileira conservadora e autoritária, aliado à própria configuração do capital no país, que mantém e reforça o caráter dependente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado moderno. Autonomia universitária. Universidade pública.

**ABSTRACT:** This article is an integral part of the research, carried out within the scope of the Graduate Program in Education (PPGE/UNICENTRO/PR) and linked to the Research Group: State, Policies and Education Management (UNICENTRO/PR), which analyzed the issue of university autonomy from the understanding of the State and Educational Policies, through the contributions of Antonio Gramsci. The text is organized in two parts: the conception of the Modern State for Gramsci, consequently its implications in the formation of the Brazilian State and the reflexes in the processes of university autonomy. Finally, The results show that university autonomy in Brazil has always been a search and not a concrete reality, due to two primary factors: the conservative and authoritarian Brazilian historical formation, combined with the very configuration of capital in the country, which maintains and reinforces the dependent character.

**KEYWORDS:** Modern state. University autonomy. Public university.

<sup>1</sup> Mestrando na Universidade Estadual do Centro Oeste, Campus Irati. Irati, Paraná, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9937-2880>. Endereço eletrônico: [rhafapg@hotmail.com](mailto:rhafapg@hotmail.com) -

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste: Campus Irati (PR) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE UNICENTRO). Endereço eletrônico: [mfernandeslima@yahoo.com.br](mailto:mfernandeslima@yahoo.com.br)

**RESUMEN:** Este artículo es parte integral de la investigación, realizada en el ámbito del Programa de Posgrado en Educación (PPGE / UNICENTRO / PR) y vinculada al Grupo de Investigación: Estado, Políticas y Gestión de la Educación (UNICENTRO / PR), que analizó el tema de la autonomía universitaria desde la comprensión del Estado y las Políticas Educativas, a través de los aportes de Antonio Gramsci. El texto se organiza en dos partes: la concepción del Estado moderno para Gramsci, consecuentemente sus implicaciones en la formación del Estado brasileño y los reflejos en los procesos de autonomía universitaria. Finalmente, los resultados muestran que la autonomía universitaria en Brasil siempre ha sido una búsqueda y no una realidad concreta, debido a dos factores primarios: la formación histórica brasileña conservadora y autoritaria, combinada con la configuración misma del capital en el país, que mantiene y refuerza el personaje dependiente.

**PALABRAS CLAVE:** Estado moderno. Autonomía universitaria. Universidad pública.

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca discutir as relações que se estabelecem entre autonomia universitária, universidade pública e Estado neoliberal brasileiro. Para tanto, foram utilizadas as contribuições do pensador italiano Antonio Gramsci, por meio de fragmentos dos Cadernos e as Cartas do Cárcere, nos quais o autor trata sobre o conceito de Estado e autonomia, sendo utilizado tais contribuições como meio de compreensão dos fundamentos que regem o Estado moderno em uma sociedade capitalista e sua interferência nos processos de autonomia. Para assim analisar o cenário em que se encontra a universidade pública brasileira no que tange à autonomia universitária.

No sentido legal, à autonomia universitária é o poder funcional que as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras possuem, constituindo a garantia do princípio de liberdade de ensino, que implica em diferentes esferas acadêmicas, possuindo um modelo de autarquia especial, “a explicação para a diferenciação é que as universidades dispõem de autonomia constitucional, e portanto devem ter configuração jurídica diferente dos outros entes públicos da administração indireta que não gozam dessa prerrogativa constitucional” (MEIRELLES, 2010, p.367), que ampara o processo de autonomia universitária das IES.

Tais implicações são detalhadas no art. 207 da Constituição Federal (1988), que trata sobre os encaminhamentos referentes a aplicação da autonomia universitária nas universidades, classificando-a em: autonomia didática-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Com também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9394/1996, entre os artigos 43 a 57, que norteiam e especificam os limites e espaços da autonomia universitária das universidades públicas do país, “as universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal” (BRASIL, 1996).

Essa estrutura jurídica formada, advém da própria conjuntura histórico-política do país, que de acordo com Sguissardi (2006), remetem as próprias orientações e demandas do capital, estabelecidas por uma classe dominante que detêm o aparato estatal, político e jurídico, meios de manutenção e expansão de seus interesses, promovendo a ampliação gradativa da iniciativa

privada no campo de políticas públicas, em especial nas universidades públicas, interferindo diretamente nos processos de autonomia universitária em suas mais diversas formas.

Tendo como intuito a transformação da universidade pública numa grande organização empresarial, prestadora de serviços e que deve gerar lucros, condições de subsistência e equilíbrio entre renda e despesas (FÁVERO, 2006), “a ideia de universidade associada à de empresa privada alimenta-se na categoria de mercantilização do saber e da ciência, que adquirindo cada dia mais a condição de mercadorias típicas do atual modo de acumulação” (SGUISSARDI, 2000, p. 41). A ideologia neoliberal conduziu o ensino superior e respectivamente as políticas públicas que dele derivam, para um novo modelo de organização e reinterpretação do sentido do que é autonomia universitária.

Para compreender as nuances que ocorrem entre à autonomia universitária, Estado brasileiro e ideologia neoliberal, no cenário da universidade pública brasileira, este artigo foi organizado em duas partes; tendo em um primeiro momento a conceituação do papel do Estado na sociedade capitalista e as relações dialéticas que se estabelecem com o meio social, sendo utilizado os estudos de Antonio Gramsci. Em seguida, pautado no materialismo histórico, propusermos estabelecer as interferências que ocorrem na formação do Estado brasileiro e os reflexos nos processos de autonomia universitária da universidade pública.

## **O ESTADO MODERNO NA CONCEPÇÃO DE ANTONIO GRAMSCI E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO**

Gramsci (2000, p. 331) reconhece o Estado como sendo “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”. Na concepção do autor, o Estado atua dialeticamente, como meio essencial para garantir o poder da classe dominante e exercer força repressiva contra grupos dominados “a peculiaridade dialética do pensamento de Gramsci impede uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade. A distinção que ele faz no texto é puramente metodológica” (LIGUORI, 2003, p. 175-6).

Assim, embora o pensador italiano entenda que são conceitos distintos, ambos não se separam organicamente, pelo contrário, o Estado tem por função inserir a sociedade civil na sociedade econômica, permitindo-lhe captar o novo papel que a esfera política adquiriu tanto na produção econômica quanto na composição de classe existente na sociedade, na prática elas podem mesclar-se (COUTINHO, 1999).

Dessa maneira, quando uma determinada classe tem o poder de controlar o Estado, acaba por se impor às demais classes, tendo o aparato jurídico-político estatal como forma de domínio. Tal domínio também pode ser alcançado por meio de relações orgânicas que se

estabelecem com a sociedade civil, resultando em uma capacidade ideológica<sup>3</sup> de ao mesmo tempo dominar e dirigir as classes subalternas.

Esse entendimento hegemônico produzido de forma ideológica, remete a maneira como Gramsci (2012) compreende o ser social, sendo historicamente determinado, e a sociedade um sistema de relações sociais em que os homens acabam por estabelecerem entre os mesmos, em um processo de produção e reprodução da vida social, pois a produção é ao mesmo tempo reprodução, tanto em relação a vida material e ao modo de produção, como também o modo de vida e consciência:

Cada grupo social que nasce no terreno original de uma função social no mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo em que a si mesmo, organicamente, uma ou várias camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e a consciência de sua própria função, não somente no plano econômico, mas também no plano político e social (GRAMSCI, 2000, p. 108).

Assim para Gramsci (2000) o processo de hegemonia interfere na maneira de pensar e de conhecer, como também, sobre a estrutura econômica e política da sociedade, pois segundo Portelli (1977), a base de sustentação da hegemonia é justamente a criação de um bloco hegemônico que reproduza e mantenha o monopólio intelectual da classe dominante.

Para que isso ocorra, torna-se necessário atrair as demais camadas sociais, por meio de “um processo de cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas” (PORTELLI, 1977, p.48), excluindo-as de toda e qualquer ação que promova algum protagonismo ou transformação social, gerando uma certa passividade na sociedade, o que na visão gramsciana é compreendido como “pequena política” - entendida como uma política do dia a dia, vinculada a uma estrutura já estabelecida -, resultando na aceitação das massas em relação ao que ocorre no cenário social, econômico e político, como sendo algo de caráter natural, sem perspectiva de transformação.

À vista disso, o Estado exerce papel determinante na construção desse sistema hegemônico, primeiramente, tendo a função de ser uma empresa “que concentra as economias a serem postas à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazo” (GRAMSCI, 1968, p. 84), atendendo as demandas da classe capitalista. Sem deixar de lado outra função importante do Estado, a de exercer meios de conciliações entre as classes subalternas e evitar possíveis confrontos.

Nesse caso o Estado também assume o papel de educador, criando padrões de comportamentos ideológicos, “adequar” a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de

<sup>3</sup> Para Gramsci (2000) a ideologia é entendida como uma “concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2000, p.16). A ideologia tem, portanto, um peso decisivo na organização da vida social, pois se realiza concreta e historicamente, resultando do movimento da estrutura social.

produção, portanto elaborar também fisicamente novos tipos de humanidade” (GRAMSCI, 1968, p. 91), como ferramenta de criar consenso e harmonia entre as classes.

Todas essas ações possuíam um enfoque e uma base única, garantir estabilidade ideológica, política, econômica e jurídica para a superação da crise do capital e a instauração do neoliberalismo como prática hegemônica. Para Gramsci (2000) as mesmas são introduzidas por meio da modificação do próprio conceito de capital, que deixa de ser apenas ligado a questões de mercado e produção, para reproduzir uma nova forma de vida. O fetiche do consumo de mercadoria, destacado por Marx (2010) em *O capital*, ultrapassa a ideia de produto, para estender-se as relações sociais do cotidiano, deixando de ser ligações humanas para se tornarem capitais humanos.

É neste contexto que as políticas públicas guardam estreita relação entre Estado neoliberal e sociedade, pois os governos elegem suas prioridades, estabelecendo as normas gerais, podendo, enquanto regulador, instituir medidas segundo os interesses do capital, como pode também, interferir nas universidades e respectivamente atacar sua autonomia, em prol da manutenção das estruturas de poder e a hegemonia das classes dominantes (AZEVEDO, 1997).

No caso do Brasil, as práticas neoliberais ganharam destaque a partir dos anos 1990, em especial com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por meio do discurso de que era necessário medidas liberais para que o país adentrassem ao mundo globalizado e assim se tornasse uma grande potência econômica, “esse discurso que, para os olhos mais críticos, sempre pareceu tão-somente uma desculpa para justificar a submissão incondicional do país a interesses a ele alheios, foi a arma utilizada para convencer uma população recém-saída da ditadura” (PAULANI, 2006, p.87).

Os modelos de expansão neoliberais no Brasil, em específico nas universidades públicas, promoveram ações de transferência da educação de um contexto de políticas sociais para o âmbito da esfera mercantil, resultando em uma reinterpretação do sentido de políticas públicas, reduzindo o poder do Estado a uma burocracia e ampliando o poder do mercado em áreas como a da educação, “o debate educacional é pautado em grande parte pelos homens de negócios” (LEHER, 1999, p. 29).

Essa expansão se deve principalmente pelos programas sociais criados, que ganharam espaço e visibilidade a partir dos anos 2000, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>4</sup> e o Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>5</sup>, desvinculando o papel do Estado

<sup>4</sup> O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. Disponível em: <http://fies.mec.gov.br/> Acesso em: 31 jun. 2020.

<sup>5</sup> O Programa Universidade para Todos (PROUNI) do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/> Acesso em: 31 jun. 2020.

como mantenedor e estimulando a expansão do ensino superior privado “o Estado abandona seu papel benfeitor, compensador e articulador dos interesses sociais mais amplos, passando a favorecer àqueles dos grupos vinculados ao setor moderno na economia” (RIVAS, 1991, p. 15).

A transferência de responsabilidade em relação à educação pública, tornou-se uma prática constante não apenas no Brasil, mas em diversos países latino-americanos<sup>6</sup>, existindo um padrão em comum entre eles: a ênfase nas políticas de descentralização, desburocratização estatal e uma maior flexibilização na área educacional, principalmente no ensino superior (LAUGLO, 1997). Tais processos são pautados por orientações externas de âmbito internacional, que influenciam diretamente em países emergentes<sup>7</sup>.

Por conseguinte as universidades públicas foram e são impactadas constantemente, pois o entendimento é de que o Estado (como mantenedor das instituições) inviabiliza o crescimento econômico e o desenvolvimento do capital (SOUZA, 2003), e assim é necessário “ampliar o espaço para suas reivindicações no âmbito do próprio Estado na tentativa de direcionar as políticas de educação que garantam a expansão sob o novo formato dominante dos conglomerados de ensino” (VALE, 2011, p. 186), Vale (2011, p. 187) ainda complementa, “não se trata, para o setor de construir políticas de governo, mas de políticas estatais cuja continuidade seja garantida na passagem de um governo a outro”.

Exemplo desse cenário, teremos com o resultado da reforma promovida pelo então ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, Bresser-Pereira, “[...] a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, MARE, 1995, p. 12), que promoveu diversas medidas de desvinculação da função do Estado no campo das políticas sociais. Fato que ocorre novamente nos dias atuais, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, alterando diretamente o setor público, em especial, à autonomia universitária.

Logo, tais medidas possuíam o intuito de que o país se enquadrasse a hegemonia do capital “as reformas propostas previam diminuir a atuação do Estado, [...] e manter uma atuação forte no sentido de garantir espaço para a reprodução do Capital. Para isso, era

<sup>6</sup> Para Lauglo (1997), o Banco Mundial compreende que cada país possui suas peculiaridades e diversidades, sejam elas políticas ou sociais, contudo, as reformas ocorridas no território latino-americano, fazem parte de um projeto hegemônico de poder, que busca induzir os países a direcionarem suas ações em direção dos propósitos e interesses do banco.

<sup>7</sup> Em relação as práticas neoliberais e a separação dos que detêm privilégios frente aos que não possuem, teremos um mundo dividido entre capital e trabalho, que na prática resultará em um grupo de poucos países, detentores do capital, dominando e explorando países que tem à disposição a força de trabalho. Dessa forma existirá países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que serão interligados pelas práticas econômicas e políticas neoliberais, e a polarização será mediada por meio da hegemonia da classe dominante, que utilizará da ideologia como meio de “conciliar” as lutas de classes (CHAUÍ, 1995).

necessário privatizar as instituições públicas e diminuir a participação do Estado nas políticas sociais” (ANDES, 2015, p.2). Fagundes (2012) afirma que diante desse cenário as universidades públicas encontram-se em uma encruzilhada, por duas razões principais, sendo a primeira: a visão neoliberal determinando os projetos nacionais, transformando-os em caráter global; segundo: o conhecimento é ditado pelas regras de mercado, modificando a universidade em uma empresa, professores e alunos tornam-se operários e clientes e o conhecimento humano cede lugar aos interesses de mercado. Chauí (2001) complementa alegando que a própria autonomia universitária é reinterpretada, e convertida aos interesses de grupos financeiros e organismos multilaterais, como o Banco Mundial, que norteia e direciona orientações pautadas na lógica neoliberal.

Pelo contexto apresentado, percebe-se que o Estado brasileiro tal qual conhecemos hoje, nasce como instrumento de uma classe, que acaba por tornar-se alvo de disputas entre grupos com posições antagônicas. Para que a classe dominante mantenha sua hegemonia, é necessário que a mesma atue em diferentes áreas, como no campo da política e educação, promovendo meios de legitimação do poder e controle das grandes massas, resultando em diversos retrocessos sociais nas mais diferentes áreas. No caso das universidades públicas, as mesmas, constantemente sofrem com as interferências externas diretas e indiretas, ocasionadas mediante as necessidades e demandas do capital em obter lucro e produtividade.

## **AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: RELAÇÃO ENTRE CAPITAL, ESTADO BRASILEIRO E UNIVERSIDADE PÚBLICA.**

Percebe-se que a conjuntura do Estado moderno obedece aos encaminhamentos promovidos pelo capitalismo, que por meio da classe dominante burguesa orientam as ações nos espaços públicos. No Brasil em específico não foi diferente, as ações promovidas em relação as políticas públicas voltadas ao ensino superior exemplificam a forma como o espaço público é entendido pela classe dominante - representada pelos organismos internacionais e efetivadas por intermédio de orientações nas mais diversas áreas -, que acabam por atacar e enfraquecer as instituições públicas vinculadas ao Estado, resultando na perda gradativa e agressiva da autonomia nas universidades públicas brasileiras.

Assim o modelo de universidade construído no país, respeitou os interesses da classe dominante, e acompanhou o desenvolvimento do neoliberalismo no país, “o Estado não é um órgão neutro [...], para além das formas imediatas de regime ou de governo – é o poder político da classe economicamente dominante que através dele adquire os meios indispensáveis para que se consolide a dominação sobre uma parcela majoritária da sociedade” (ARAÚJO, 2016, p. 34).

Aliado as próprias características que o Brasil possui - autoritário e conservador – resultando na formação de um sistema de ensino superior que tentou conciliar os impulsos liberais com o nacionalismo autoritário desenvolvimentista, oscilando entre princípios de livre mercado e controle estatal, determinando o sentido de autonomia universitária nas

universidades “à autonomia universitária se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho e qualidade” (CHAUÍ, 1999, p. 1).

Com o desenvolvimento do capitalismo no país, a partir da década de 1960, e a interferência mais ativa de organismos internacionais (que atuam principalmente em países considerados subdesenvolvidos, como o caso do Brasil), o acesso à educação foi ampliado chegando as camadas mais populares, decorrente da necessidade do capital em especializar a mão de obra necessária para os postos de trabalho, e assim atender aos novos anseios da ideologia neoliberal, “significou a implantação do capitalismo monopolista no país em sua modalidade “dependente” (SHEEN, 2001, p. 18).

Para Ribeiro (1982) a universidade deveria conquistar sua autonomia em relação ao Estado, mas não ser interpretada como uma empresa privada, pelo contrário, sua finalidade é a sociedade, promover a ciência, pesquisa e apropriar-se do saber humano, “isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa” (CHAUÍ, 2003, p. 24). Isso não quer dizer que a universidade pública possui “soberania” ou “liberdade absoluta”, pelo contrário, à autonomia universitária conquistada pelas instituições possui o intuito de atender aos interesses e demandas da sociedade, e não tem como referência seu próprio benefício.

Coutinho (2011) afirma que o entendimento de grande parcela da sociedade sobre o significado de espaços públicos e autonomia são equivocados, pois são construídos pela própria hegemonia da classe dominante para promover a dominação por meio do consentimento e aceitação, resultando em consensos espontâneos e passivos, promovendo a manutenção e permanência do equilíbrio e da ordem dominante, restringindo os processos de autonomia, reinterpretado sob uma perspectiva que atenda aos interesses da burguesia e as demandas do capital.

Em Gramsci (2000), autonomia é pautada sob a perspectiva da filosofia da práxis e correlacionada a estrutura e superestrutura da sociedade moderna, sendo assim, o estabelecimento da hegemonia das classes dominantes nos espaços públicos, por intermédio de instrumentos estatais e ideológicos, promovem o domínio e a subordinação das classes subalternas, dificultando o processo de autonomia e tomada de consciência. Leher (2019, p. 224) reforça essa questão afirmando que:

Se a autonomia não é forte, é porque a democracia é débil e vice-versa. Governos com pretensão autocrática, igrejas fundamentalistas, grupos econômicos hostis ao desenvolvimento social, agrupamentos corporativos particularistas, forças políticas conservadoras em geral não possuem apreço à autonomia. E é a autonomia que fomenta a liberdade de cátedra, a pesquisa livre, a gestão democrática e o protagonismo estudantil em busca de outros anseios sociais.

Desde a década de 1960 esse é um assunto que vem sendo debatido nos espaços acadêmicos, por especialistas que identificavam na universidade um local de democratização

do ensino e à formação das massas populares, Vieira Pinto (1986) na obra “A Questão da Universidade” publicada em 1962, aborda diversas considerações sobre o papel da universidade brasileira e a importância da busca por autonomia universitária, garantindo o acesso e a permanência de todos ao ensino superior “soube aliar a amplidão de erudição às responsabilidades do intelectual comprometido e identificado com as mais legítimas aspirações da sociedade brasileira” (SAVIANI, 1987a, p. 47).

Vieira Pinto (1986) denuncia o quanto a universidade brasileira está destituída de autonomia, cenário que vem se agravando nos dias atuais, fortalecido por governos neoliberais e ultraliberais, estimulados por organismos internacionais como o Banco Mundial, que destaca “o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor, são todos elementos centrais importantes do projeto liberal global. É nesse projeto global que se insere a redefinição da educação em termos de mercado” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 15).

Reduzindo os espaços de autonomia universitária, para atender aos avanços e decisões do capital, “a universidade do país pobre, alienada na sua consciência de si, recebe de mão beijada todo o “auxílio” externo, assina convênios com fundações estrangeiras, aceita dispositivos humilhantes e alienadores das alianças que julgam lhes darão progresso” (VIEIRA PINTO, 1986, p. 36).

Esse cenário é reforçado pelas próprias características do Estado brasileiro, que possui perfil ambíguo desde sua formação, Lima (2005, p. 58) enfatiza que “o Brasil é um país onde as influências externas estão presentes, principalmente, no que se refere à organização política e econômica, como também cultural”, assim, conforme o capitalismo vai se expandindo na Europa e EUA, alimentado pela corrente ideológica liberal, no território brasileiro assume formato diferenciado, decorrente de sua história colonial, dependente e escravista. Culminando em tentativas de aliar interesses da burguesia local as interferências externas, resultando em políticas públicas com perfis rasos, como o caso da formação das universidades no país, que nasceram para atender aos interesses da elite dominante sob um modelo de Estado conservador e autoritário.

Os avanços ocorridos com a Reforma Universitária de 1968, ao mesmo tempo que introduziram importantes bandeiras dos movimentos estudantis das décadas de 1950 a 1960, como a abolição da cátedra, o ensino, pesquisa e extensão, o reconhecimento legal da autonomia universitária (SAMPAIO, 1998).

Por outro lado, promoveu ataques aos mecanismos democráticos estudantis por intermédio do governo militar, introduzindo medidas de controle e fiscalização dentro dos espaços acadêmicos, aliado a isso, abertura gradativa e bastante expressiva do ensino superior privado, que na década de 1980 via no ensino superior um lucrativo campo de comercialização e mercantilização da educação “a esmagadora maioria dessas instituições privadas que surgiram após o ano de 1968 se constituíram como empresas privadas capitalistas; ou seja, estavam voltadas para a procura de rentabilidade, utilizando a área educacional como um campo fértil para investimentos” (MARTINS, 1981, p. 90).

Resultando em medidas que colocaram as demandas do capital como prioridade, frente a questões voltadas a autonomia ou estímulos democráticos nas universidades, “nos países em que a autonomia já é relativamente débil, posturas complacentes com a sua flexibilização são muito preocupantes, pois imprudentes com o futuro da universidade, da ciência e da própria democracia” (LEHER, 2019, p. 223).

Vieira Pinto (1986, p. 37) complementa essa questão enfatizando a subserviência do Brasil aos ditames das elites dominantes “acha normal ser “ajudada” financeiramente pelos povos mais ricos, e naturalmente dentro desta providencial aliança cabe aceitar também as ideais que o dominador”. Chauí (2014) reforça essa questão alegando que o sistema de ensino superior brasileiro é moldado para que promova o crescimento do país, mas que não represente uma “ameaça” ao poder dominante, por consequência estabelece meios de controle e manutenção de uma autonomia relativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As diferentes nuances impostas pelo capital sob a ideologia neoliberal orientou o formato das universidades públicas no país, ora com pequenos avanços em questões sociais, ora com recuos e retrocessos delimitando os espaços de atuação do ensino superior público, estabelecendo reinterpretações do sentido do que é gratuito, público e o papel do Estado frente a essas questões, resultando em ações que distorcem do entendimento de autonomia universitária na perspectiva da emancipação humana “as ditaduras contemporâneas juridicamente aboliram até as formas modernas de autonomia das classes dominadas [...] a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante, que é agora totalitário” (GRAMSCI, 2000, p. 226)

Tal contexto refletiu na formação do ensino superior brasileiro, “indevidamente, no Brasil, a questão da autonomia ocupou um lugar discreto e mesmo secundário nos assuntos relacionados às universidades” (LEHER, 2019, p. 219), o que promoveu a construção de diferentes barreiras no processo de democratização do ensino e a efetiva prática autônoma das universidades públicas do país “a autonomia das universidades não vai além da letra grafada na Constituição de 1988 ou de iniciativas sem maior peso” (ROMANO, 2008, p. 49).

Nota-se que à autonomia universitária sempre foi uma busca e não uma realidade concreta, que no caso do Brasil, tem como origem dois fatores primordiais; a sua formação histórico-política por meio dos processos de colonização, subversão a cultura europeia, conseguintemente a transição para o modelo republicano sob a ordem de uma burguesia nacional conservadora, escravista e dependente, aliado à própria configuração do capital no país que mantém e reforça essa dependência por intermédio das ações do Banco Mundial e de grupos hegemônicos do poder, para manutenção e perpetuação da ordem e da estrutura hierárquica neoliberal.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, F. **Estado e Capital: uma coexistência necessária**. Coletivos Veredas: Maceió, 2016.

ANDES-SN. **Universidade e Sociedade** 58. Ano XXVI, N. 58, junho de 2015, p.104 -115. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-327852328.pdf>>. Acesso em: 01 de maio 2021.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: O trabalhador e o processo de integração mundial**. World Bank, 1995.

AZEVEDO, S.; MARTINS, C. B. **Autonomia Universitária: Notas sobre a reestruturação do sistema federal de ensino superior**. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. n. 46, jul/dez 1997, Rio de Janeiro: Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394/96**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso 10 Jul 2021.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado**, 86p. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 15 maio. 2021.

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2014.

\_\_\_\_\_. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 de mai. 1999. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc\\_1\\_3.htm](https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_1_3.htm). Acesso em: 20 de jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Em torno da universidade de resultados e de serviços. **Revista USP**, São Paulo, n. 25, p. 54-61, mar./maio 1995.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Curitiba: **Educar**. n. 28, p. 17-36, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LAUGLO, J. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 100, p. 11-36, mar. 1997.

LEHER, R. Autonomia universitária e liberdade acadêmica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 19, Rio de Janeiro, 2019.

\_\_\_\_\_. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, ed. 3, p. 19-30, 1999.

LIMA, M. F. Roque Spencer Maciel de Barros: pensamento e intervenção na reforma universitária de 1968. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2005.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C.N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS, C. B. **Ensino pago: um retrato sem retoques**. São Paulo: Global, 1981.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo. Ed. Boi tempo. 2010.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 36.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

PAULANI, L.M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RIVAS, R. H. **Política de descentralización en la educación básica y media en América Latina: Estado del Arte**. Santiago/Chile: Unesco/Reduc, 1991.

ROMANO, R. Gestão universitária, autonomia, autoritarismo. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.78, p. 48-57, junho/agosto 2008.

SAMPAIO, A. L. B. **Autonomia Universitária**: Um modelo de interpretação do artigo 207 da Constituição Federal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SGUISSARDI, V. **Educação superior**: o banco mundial reformará suas teses e o Brasil reformará sua política? *Educação Brasileira*. Brasília, v.22, n.45, set. 2000.

\_\_\_\_\_. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, v.29, n.105, p.991-1022, set.dez. 2008.

SHEEN, M. R. C. C. O contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1986. 277f.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VALE, A. A. “As faculdades privadas não fazem pesquisas porque não querem jogar dinheiro for”: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro. **Tese de doutorado** defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA PINTO, A. **A Questão da universidade**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1986.

*Recebido em 26 de agosto de 2021*

*Aceito em 15 de setembro de 2022*

*Editado em novembro de 2022*